

UM SÉCULO DE ANTROPÓLOGOS COMO ADMINISTRADORES IMPERIAIS

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

No segundo semestre de 2021 há dois acontecimentos concernentes aos usos político-administrativos da antropologia, através de seus critérios intrínsecos de competência e saber, que suscitam uma reflexão detida sobre a relação entre os antropólogos e o Estado numa perspectiva histórica. Tais usos abrangem tanto mecanismos de dominação das potências metropolitanas imperiais sobre suas possessões, na quadra do colonialismo, quanto aquelas estratégias de ocupação militar de países independentes, na quadra do imperialismo, num desdobramento evidente dos usos militares da antropologia⁹⁷. No título deste texto, para efeitos de síntese classificamos ambas como ações imperiais, embora os efeitos dos nacionalismos mostrem-se de maneira distinta nestas situações históricas.

Em outros termos cabe sublinhar que em 2021 faz 100 anos da decisão do império britânico de designar antropólogos como administradores coloniais. Antes de tudo na Papua Nova Guiné, instituindo um antropólogo, formado em Cambridge, como “governador” e mais apropriado entendedor dos chamados “nativos”, deslocando

⁹⁷ Os usos militares da antropologia através de programas de incorporação de antropólogos às forças armadas norte-americanas, como o *Human Terrain System (HTS)*, objetivando uma solução para o “fosso cultural que enfrentava o mesmo”, conforme alegam os militares planejadores, em sua invasão do Iraque e do Afeganistão. Antropólogos passaram a compor as tropas em combate. Para um aprofundamento consulte-se: Almeida, A.W.B. de “Cowboy Anthropology: nos limites da autoridade etnográfica”. Revista **EntreRios**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2018 pp.8-35

formalmente atribuições e competências até então referentes a militares, missionários e juristas. A discussão sobre tal decisão imperial de 1921, acatada, mas comentada criticamente por Malinowski, adquiriu atualidade, um século depois, com a derrocada do presidente do Afeganistão, em agosto de 2021. Tratava-se de um antropólogo, afegão de nascimento, com PhD e vasta experiência acadêmica em consagradas universidades norte-americanas (Columbia, Berkeley, Johns Hopkins), que foi colocado na presidência do Afeganistão, no bojo de um processo eleitoral, cuja legitimidade é questionável, com apoio de forças imperialistas, através da ocupação militar do país pelos EUA.

Ao se tomar uma determinada unidade de tempo, como século, para situar uma clivagem na história da antropologia não se está privilegiando necessariamente efemérides⁹⁸ ou marcas cronológicas instituídas por instâncias de consagração intelectual e científica. Uma clivagem evoca uma separação radical ou uma qualidade distinta do que foi produzido anteriormente em termos antropológicos. Não se trata aqui exatamente disto. Neste caso o Estado, em complexos rituais de instituição, foi posicionando dinamicamente a antropologia consoante suas estratégias

⁹⁸Certamente que neste ano de 2021 há uma sequência de marcas cronológicas, que poderiam ser acionadas e que de certo modo foram contempladas neste número de Guarimã, tais como: i) os oitenta anos da morte, em 1941, de Raimundo Lopes, naturalista do Museu Nacional, natural do Maranhão e autor de **Torrão Maranhense**, 1916, e de **Antropogeografia** (195 6), citados usualmente em eventos de Ecologia Humana ou como diria Castro Faria: “Antropologia Ecológica”. ii) Os 50 anos da Declaração de Barbados, atualizada a partir de citação, em 2020, no Programa Barão do Rio Branco do governo federal para a Amazonia. Uma citação com objetivo de desacreditar a antropologia e os antropólogos brasileiros que participaram ativamente do evento que produz a Declaração, a saber: Darci Ribeiro, Pedro Agostinho, Sílvio Coelho dos Santos e Carlos Moreira Neto. No texto deste Programa do governo Bolsonaro tem-se também uma “crítica”, *fake News*, a esta reunião de Barbados que, segundo os planejadores militares, teria “criado” o movimento indígena e o “conceito de Antropologia da Ação” o qual, na verdade é cunhado por Sol Tax e data de 1951, ou seja, de duas décadas anteriores.

de poder, requerendo conhecimentos etnográficos e etnológicos para a ocupação de cargos e para o exercício de atos administrativos coadunados idealmente com as maneiras de viver e pensar de povos e comunidades mantidos sob dominação política e econômica. O administrador colonial passa da condição de burocrata rígido, normativo e etnocêntrico para aquela de um agente intelectual dinâmico, capaz de compreender um repertório de “valores e afetos” e de levar em conta o “ponto de vista do nativo”, como diria Malinowski⁹⁹ em 1922. Numa empatia explícita, que transcende o primado de H. Maine, como veremos nos próximos tópicos deste artigo, o administrador se aproximaria dos denominados “nativos” convertendo-se numa modalidade de “tradutor” de suas reivindicações e de um mediador em situações de conflito que demandariam controle ou “pacificação”.

Já no caso da ação imperialista dos EUA, o antropólogo designado Presidente da República Islâmica do Afeganistão, trata-se de um “nativo”, que pertence a um povo tribal, Ahmadzai Pashtun, fala o idioma pashtun e é islamita. A dominação imperialista adota um estratagema de escolha do seu representante segundo um critério de etnocentrismo pela igualdade, distinguindo-se da situação histórica anterior, que trabalhava com o etnocentrismo pela suposta compreensão da diferença. Os vínculos primordiais, antes de serem destruídos pela modernidade¹⁰⁰, como dizem as interpretações evolucionistas, são reativados e instrumentalizados pelas articulações imperialistas. O mito do essencialismo tão caro à dominação colonialista se mostra como um precioso critério na ação imperialista. O escolhido passaria assim da posição de mediador dos protagonismos para aquela de protagonista com plenos poderes de

⁹⁹Cf. Malinowski, B. – **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. Ubu Editora. 2018. (1ª.ed.1922) tradução Anton P. Carr e Ligia Cardieri. Prefácio desta edição. Mariza Peirano.

¹⁰⁰ Cf. Comaroff, John – “Etnicidad, nacionalismo y políticas de diferencia em uma era de revolución” in Pablo Sandoval, editor- **Las máscaras del poder. Estado, etnicidad y nacionalismo**. Lima. IEP- Instituto de Estudios Peruanos. 2017 pp. 343-377

execução.

Certamente que estas marcas cronológicas e suas implicações, mesmo quando ritualizadas, consoante determinadas unidades de tempo (“século das luzes” “semana de arte moderna”, “década de ouro”) ou certas unidades genéricas, não necessariamente datadas (“era dos impérios”, “época de Ulisses”, “ciclo da borracha”), são **cortes imperfeitos**, que devem ser eles próprios relativizados, valendo antes de mais nada como aproximações ou quiçá como pretexto para se instituir prováveis indicadores de “novas” classificações da história das ciências (Castro Faria, 2006). Os rituais de instituição, ao pretenderem repensar as próprias periodizações trazem à cena intelectual episódios concernentes à trajetória científica de autores ou a eventos que classificam como relevantes ou que não merecem ser esquecidos. A pretensão de reconhecimento aparece neste contexto indissociada do ato de se pretender rememorar/comemorar como se poderá verificar adiante.

ANTROPÓLOGOS COMO ADMINISTRADORES COLONIAIS

Segundo BRELET a proposição de utilizar instrumentalmente a antropologia, objetivando “fins práticos”, ganhou sua forma mais acabada no decorrer da II Guerra Mundial e notadamente no fim deste acontecimento trágico.

Em 1941 foi criada, nos EUA, The Society for Applied Anthropology e muitos antropólogos tais como Ruth Benedict, M. Mead, C. Kluckhohn e G. Foster, dentre outros de seus membros, foram recrutados para a War Relocation Authority. Além disto, após 1943, antropólogos anglo-saxões e norte americanos foram instados a participar das discussões concernentes à institucionalização da Organização das Nações Unidas (ONU).

Cabe ressaltar, entretanto, que as condições de possibilidades para essa aplicação utilitária do conhecimento antropológico já estavam historicamente dadas. As sequencias cerimoniais dos ritos de instituição deste saber aplicado remontam à segunda metade do século XIX. Os

conhecimentos etnológicos, através da ciência do direito e principalmente do trabalho de Henry Maine na Índia¹⁰¹, tornaram-se incorporados, de maneira definitiva, à ação colonial do império britânico.

M. Mamdani chama a atenção para uma nova modalidade de colonialismo após uma série de rebeliões na Índia, com queimadas de grandes plantações e levantes militares, chamadas de Revolta dos Sipaios, a partir de 1857, levando o Império britânico a reconhecer juridicamente os conhecimentos tribais. H. Maine, artífice desta passagem, transforma estes saberes ditados pelos costumes em instrumentos do direito. Em outras palavras, a ciência do direito com H. Maine trouxe à tona na legislação colonial e nas políticas de Estado o reconhecimento dos saberes étnicos e dos direitos consuetudinários ao distinguir a “civilização”, tomada como universal, dos “costumes locais” e o colonizador do chamado “nativo”, definindo, de certo modo, o colonizador pela história e o chamado “nativo” pela geografia ou local de pertencimento (Mamdani, 2012). Os teóricos da administração colonial e os próprios administradores em todo o império britânico (Índia, Malásia, União Africana, Egito, Nigéria, Uganda, Camarões, Tanganica, Sudão etc) incorporaram as formulações e normas que Maine elaborou em Ancient Law, em 1861, e impeliram-nas à pauta da Conferência de Berlim, em 1884. Convocada pela Alemanha este evento reuniu as potências europeias que controlavam enclaves e possessões no continente africano, tais como: Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal, dentre outros.

Com o expansionismo europeu na África e as tensões sociais decorrentes as formulações de Maine foram adotadas pelas demais potências colonizadoras. Elas objetivavam sobretudo uma não-interrupção da exploração dos recursos naturais, notadamente minérios e produtos do extrativismo vegetal e dos grandes empreendimentos agrícolas, através das denominadas medidas de “pacificação”, evitando

¹⁰¹ Vide Mamdani, Mahmood- “What is a tribe?” **London Review of Books**. Vol.34. No.17 13 September 2012. Pages 20-22.

que os administradores coloniais perdessem o controle sobre a força de trabalho, sobre os territórios tribais e sobre os meios de produção e circulação de bens. Do ponto de vista da ação colonial estaríamos diante do início de uma nova forma de pacificação que viria a rivalizar com as práticas de repressão violenta. De guerras pacificadoras para ações cada vez menos bélicas como pacificação¹⁰². Nesta ordem os conhecimentos antropológicos passam a ser instituídos como instrumento de controle social. Bem ilustram isto os debates que foram sintetizados na Ata Geral da Conferência de Berlim, datada de 23 de fevereiro de 1895, registrando os contornos do mapa de partilha da África entre as metrópoles europeias, de acordo com as seguintes medidas:

i) regulamentação da “livre navegação e do livre comércio” nos rios Congo, Níger e seus afluentes, ii) implementação da proteção dos missionários pela evangelização assegurando os primados morais da “civilização” e iii) melhorias das condições de vida das populações indígenas sob o signo desta ideia salvacionista de “civilização”¹⁰³.

¹⁰² Com toda certeza esta generalização deve ser relativizada com as ressalvas devidas, pois, em regiões estratégicas para o Império Britânico, como o Oriente Médio, com a relevância de seus recursos petrolíferos, prevaleceram as ações mediadoras de arqueólogos e as práticas belicistas. Gertrude M.L. Bell, arqueóloga e cartógrafa, percorreu os desertos da Ásia Menor (Grande Síria, Jordânia, Iraque, Pérsia e Arábia Saudita), acompanhou a queda do império Otomano e a emergência das nações árabes. Contribuiu para definir os limites da Arábia Saudita e das outras nações da região. Foi secretária do Oriente do império Britânico, em Damasco e Bagdá e viveu também no Cairo e Amã. Bell conhecia o Coronel Thomas E. Lawrence, mais conhecido como “Lawrence da Arábia”, que era Phd em arqueologia pela Univ. de Oxford. Nas duas primeiras décadas do século XX participou de inúmeras expedições à Palestina, Arábia, Líbano, realizando inúmeros mapeamentos com fins militares e colaborando na formação de unidades militares árabes contra o império Otomano.

¹⁰³ Para um aprofundamento do conceito de “civilização” que prevaleceu antes e durante o governo da Rainha Victoria. entre 1837 e 1900, consulte-se George W. Stocking, Jr. – **Victorian Anthropology**. The Free Press. Macmillan, Inc. New York. 1987.

Neste último quartel do século XIX com a legitimação da sociologia, que passa a ser classificada como ciência, os conhecimentos etnológicos, que não constituíam propriamente uma ciência específica, institucionalizada separadamente, ficaram abrigados numa antropologia física que representava um campo de conhecimentos em estruturação. Neste tempo as ciências biológicas constituíam praticamente a abordagem hegemônica e a antropologia consistia em um saber que se constituiu fora da academia e das universidades, vinculando-se a elas por outras especialidades, sem as quais ela não poderia se desenvolver, principalmente a *anatomia* (Castro Faria, *ibid.*:17), que era ministrada nos museus por profissionais com formação em medicina¹⁰⁴. Tal interpretação de Castro Faria¹⁰⁵ nos leva às formulações relativas a: “antropologia: duas ciências” e/ou “antropologia: quatro campos”.

RITUAL DE INSTITUIÇÃO DOS NOVOS ADMINISTRADORES COLONIAIS, EM 1921

Com a Primeira Guerra Mundial, deflagrada em 1914 e finalizada em 1918, a aplicação dos conhecimentos antropológicos à ação do Estado já estava sendo discutida de maneira formal e institucionalmente implementada nos meandros da organização administrativa colonial do império britânico, notadamente na Papua-Nova Guiné, senão vejamos:

“(…) les premières utilisations pratiques de l’anthropologie furent lancées dans le cadre de l’administration coloniale britannique au début du XXe siècle par l’Australien Chinnery que l’on considère comme le fondateur de l’anthropologie appliquée. Cet administrateur colonial décida d’utiliser les connaissances rassemblées par les anthropologues sur les Aborigènes afin de “distribuer les tâches em fonction des aptitudes de chacun, améliorer l’hygiène dans leur

¹⁰⁴ No caso do Museu Nacional despontavam na segunda e terceira décadas do século XX os cursos de anatomia ministrados pelos médicos Fróes da Fonseca e Bastos de Ávila autor de um Manual de Antropologia Física.

¹⁰⁵ Cf, Castro Faria, L. de **-Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da Antropologia no Brasil.** Rio de Janeiro. CNPq/Master. 2006. Orgs. Alfredo Wagner e Heloisa Bertol Domingues.

campements, tenir compte de leur nombreux tabous alimentaires pour améliorer la préparation et la distribution de leur nourriture, prendre en considération leurs besoins sexuels et leur accorder des périodes de détente”¹⁰⁶. (Brelet,1995:39) (g.m.)

E. W. P. Chinnery, foi deslocado dos serviços militares na Austrália, no final da I Guerra Mundial, e a seguir transferido para a Inglaterra. Após desmobilizado, realizou estudos e pesquisas no âmbito da Universidade de Cambridge, famosa por suas expedições etnográficas¹⁰⁷. A sua dissertação sobre os trabalhos nas minas de ouro da Nova Guiné, foi bem avaliada e publicada pelo *Royal Anthropological Institut*, em 1919. Seu mentor foi Alfred Haddon¹⁰⁸, com formação em *anatomia comparada* e zoologia, tendo ministrado cursos sobre antropologia física. Haddon liderou várias expedições científicas estudando os chamados *aborígenes* de Papua, Bornéus e Nova Guiné. É classificado usualmente como “um dos fundadores da moderna antropologia britânica”. Em dezembro de 1919 Haddon encaminhou às autoridades militares encarregadas de educação e emprego do *Departament of Rehabilitation and Demobilization* um parecer sobre Chinnery¹⁰⁹ nos seguintes termos:

¹⁰⁶ BRELET reproduz excerto do seguinte trabalho de CHINNERY, E.W. P.: “Applied Anthropology in New Guinea.” Discours adressé par l’auteur en tant que président de la Section F (Anthropologie) de l’Association Australienne et Néo-zélandaise pour l’avancement de la Science. Sidney, août. 1932. In **Report of the Australian and New Zeland Association for the Advancement of Science**. Vol. XXI. Johnston. The Commonwealth Government Printer. Canberra. Australie. 1932.

¹⁰⁷ Refiro-me principalmente à expedição de 1898, às ilhas do Estreito de Torres, faixa de mar que separa a Nova Guiné da Austrália, realizada pela Universidade de Cambridge, focalizando documentalmente os denominados “povos aborígenes” desta região e suas culturas consideradas como “ameaçadas de extinção”. Haddon, Rivers e Seligman, que foi orientador de Malinowski, participaram desta e de outras expedições, como a Expedição Etnográfica Cooke Daniels, à Nova Guiné, em 1904.

¹⁰⁸ A. Haddon, com formação em anatomia comparada e zoologia, ministrou curso de antropologia física em Cambridge, realizou estudos sobre paleoantropologia, bioarqueologia e ecologia humana e trabalhou para o British Museum. Publicou também, em 1910, um dos primeiros livros sobre acontecimentos históricos no campo da antropologia intitulado **History of Anthropology**.

¹⁰⁹ Consulte-se: Lawrence, David – 2006 - “The early writings of EW Pearson Chinnery: Government Anthropologist of New Guinea”. Draft Paper. April.

“His [Chinnery] training [at Cambridge] has been extensive and intensive... He is an enthusiastic and hard working student and by his wide and deep knowledge of the Ethnology of Papua has been enable rapidly to assimilate the instruction give.... (NAA B2455/1 Chinnery, EWP apud Lawrence, David,2006:21)

Após esta experiência profissional Chinnery foi “Government Anthropologist” na Nova Guiné de 1924 a 1932 antes sendo designado como *Director of District Services and Native Affairs*. Enquanto diretor ele promoveu treinamento etnológico para militares com atividades no território¹¹⁰. A relação entre o conhecimento etnológico e a ação militar nos conflitos sociais nas colônias tornara-se um fator imprescindível para a economia agroextrativista e para as medidas denominadas de “pacificação”.

Nos termos das histórias da antropologia ele é usualmente mencionado como “self-made anthropologist” e mais como ocupante de um cargo administrativo do que como antropólogo vinculado a uma escola de pensamento ou a uma abordagem singular. A ênfase num autodidatismo, todavia, deve ser negada ou lida criticamente mediante as manifestações de seu orientador Haddon, face a seus relatórios e o trabalho de dissertação, e considerando o estoque de conhecimentos teóricos da própria universidade em que cursou antropologia. Como já foi ressaltado ele estudou em Cambridge, que capitaneava então os critérios de consagração em antropologia no império britânico bem como as expedições científicas. Neste domínio importa ressaltar que desde a Conferencia de Berlim a incorporação de conhecimentos antropológicos aos serviços administrativos e à gestão e controle de povos indígenas e seus territórios havia se tornado uma política de Estado. Em outras palavras a partir das bem sucedidas expedições etnográficas e dos efeitos

<https://www.academia.edu>

¹¹⁰Para um aprofundamento sobre a trajetória de Chinnery consulte-se: Stocking, George W. Jr. – 1982- “Gatekeeper to the field: E.W.P. Chinnery and the Ethnography of the New Guinea Mandate.” in **History of Anthropology Newsletter** vol.9. Iss2. Article 3
<https://repository.upenn.edu/han/vol.9/Iss2/3>

dos trabalhos de campo de antropólogos, como Rivers, Haddon, Seligman e Malinowski, com povos primitivos de regiões remotas, localizadas em possessões do império britânico, ganhou força política uma proposição do governo imperial de formar sistematicamente os seus administradores coloniais, com conceitos, noções operacionais e critérios de competência e saber intrínsecos à antropologia. Nesta redefinição de atributos científicos do quadro funcional e burocrático relativo a dirigentes coloniais é que Chinnery foi designado administrador da Nova Guiné, em 1921.

Tratava-se de uma ênfase em critérios de competência e saber até então não acionados diretamente pela engrenagem administrativa das colônias. Desde a revolta dos Sipaios na Índia militares, missionários e juristas, eram os formuladores das práticas e normas de pacificação. Esta circunstância histórica mostra-se como o ápice de um pensamento que hoje é classificado como antropologia jurídica. A formação jurídica historicamente era acionada pelas forças colonialistas para cuidar dos aspectos legais da apropriação dos territórios e das terras usurpadas aos povos indígenas, tal como Rosa Acevedo demonstra com respeito ao Quênia¹¹¹.

Malinowski, em 1929, quando já ocupava há cinco anos o posto de diretor da *London School of Economics and Political Science* (LSE), elabora uma recomendação de “controle científico da cooperação colonial” (“*scientific control of colonial co-operation*”), isto é, uma forma de controle exercida pelo conhecimento da cultura dos denominados “nativos” e de suas próprias organizações. Com o pressuposto desta modalidade de conhecimento Malinowski habilita e estimula seus estudantes a ocuparem profissionalmente a maior parte dos postos

¹¹¹ Rosa E. Acevedo Marin – “Facing Mountain Kenya: Jomo Kenyatta frente à academia e às políticas do sistema colonial britânico”. In Almeida, A.W. (org)- **Antropologia e Colonialismo: etnografias periféricas em Moçambique, Quênia, Sudão e Brasil**. São Luis. UEMA. 2021 pp 115-140.

disponíveis na Grã-Bretanha e no *Commonwealth* distribuindo-os¹¹² pelo vasto império britânico (Almeida, 2023:23). Esse tipo de legitimação da antropologia torna-a uma profissão legalmente instituída e com finalidades intrínsecas. A repressão armada, executora fiel dos dispositivos jurídicos, é substituída ou passa a complementar uma forma de executá-la com base em especificidades de cada uma das tribos ou comunidades subordinadas. “Modelos de família, sistemas de parentesco, regras de extração e de cultivo, que disciplinam a relação com os recursos naturais; normas de aliança e calendários de festividades religiosas consistem em elementos descritivos que irão ser incorporados pela estrutura operacional da ação colonial.” (Almeida, *ibid.*)

Em 1941 Malinowski vai para EUA. Neste ano os antropólogos norte-americanos criam a *The Society for Applied Anthropology*. Os esforços dos antropólogos convergem para uma antropologia aplicada em tempos de guerra¹¹³, que irá perdurar no pós-guerra nas chamadas políticas de desenvolvimento. Antropólogos de diferentes nacionalidades tais como: Edmund Leach, A. Métraux, Margareth Mead, G. Foster, C. Kluckhohn e E. Chinnery dentre outros são incorporados pelas estratégias militares das denominadas forças aliadas.

Não obstante uma polêmica com a estratégia colonialista britânica, os seis relatórios de Chinnery tornaram-se bastante conhecidos e fontes de referência de histórias da antropologia. Durante a II Guerra Mundial,

¹¹²Cf. Almeida, A.W.B. de – “Antropologia em cinco atos e *approaches*” In Almeida, A.W.B. de (org) **Antropologia e Colonialismo: Etnografias Periféricas em Moçambique, Quênia, Sudão e Brasil**. São Luis. UEMA/PNCSA. 2021 pp. 15-36.

¹¹³ Neste ano EE Evans-Pritchard publica, pela Cambridge University Press no **Africa: Journal of the International African Institute**, artigo intitulado “**Applied Anthropology. The use of Knowledge**” Vol 16 N.2. (Ap.1946) pp 92-98.

Chinnery serviu em Darwin e depois representou a Austrália junto às Nações Unidas (ONU), aprofundando o papel do antropólogo no serviço público submetido às políticas colonialistas do império.

CEM ANOS DEPOIS, EM 2021

No dia 15 de agosto de 2021 com a retirada das tropas norte-americanas, que a exatas duas décadas haviam invadido o Afeganistão, as forças militares fundamentalistas do Talibã entraram em Cabul passando a controlar novamente o País. Neste mesmo dia o antropólogo e economista Ashraf Ghani, presidente do Afeganistão desde 1914 e reeleito em 1019, considerado um preposto qualificado das forças de ocupação, fugiu apressadamente para o exílio. O Tajkistão recusou permissão para o vôo de Asrahf pousar em seu território, quando da fuga, e ele foi obrigado a buscar outra rota. Abdullah Abdullah, seu rival político, criticou sua fuga. Terminou assim a ocupação imperialista, que durante duas décadas, controlou o Afeganistão, mobilizando para tanto intelectuais e cientistas afegãos de nascimento, formados em universidades norte-americanas ou com experiências administrativas em agências multilaterais de desenvolvimento. A qualificação técnica escolhida para o presidente-gestor – antropólogo e economista- que por sete anos exercera a Presidência, parece não ter sido suficientemente sólida para garantir o êxito da implantação do “modelo ocidental de democracia representativa” e da modalidade de “pacificação” imaginada pelas forças invasoras. O que teria dado uma certa sobrevida, do ponto de vista do império britânico, em 1921, parece ter sido um malogro completo do prisma do imperialismo norte-americano, em 2021.

Mohammad Ashraf Ghani Ahmadzai, mais conhecido como Ashraf Ghani, pertencente à unidade tribal Ahmadzai Pasthun, como já foi sublinhado, retornou, em 2001, ao Afeganistão, que desde 1996, com a tomada de Cabul, estivera sob um governo do grupo fundamentalista sunita. Ele havia feito seus estudos nos Estados Unidos e se formou na Universidade Americana de Beirute (1969 a 1973). Lecionou na

Universidade de Cabul entre os anos de 1973 e 1977 e retornou aos EUA para o curso de doutorado. Obteve seu PhD em antropologia pela Universidade de Columbia, em 1982. Lecionou na Universidade Johns Hopkins e em Berkeley na Universidade da Califórnia. Ingressou depois no BIRD (Banco Mundial), entre 1991 e 1995, somente retornando ao Afeganistão em 2001 após a invasão militar norte americana ter derrubado o regime Talibã. Retornou como conselheiro especial da ONU e se tornou ministro das finanças e um dos principais assessores do presidente Hamid Karzai. Em dezembro de 2004 retornou às atividades acadêmicas, ocupando o cargo de reitor da Universidade de Cabul até dezembro de 2008.

Em 2009 Ashraf Ghani, numa passagem de técnico gestor para político-gestor, concorreu à presidência do Afeganistão e obteve apenas 3% dos votos. Em 2014, diante do fato de Karzai não poder mais se reeleger, aliou-se a senhores da guerra acusados de corrupção e de crimes contra a humanidade e conseguiu se eleger. Foi reeleito em 2019 e sempre manteve disputas políticas acirradas com seus adversários, sobretudo com Abdullah Abdullah que foi Presidente do Alto Conselho de Reconciliação Nacional entre maio de 2020 e agosto de 2021.

Pressionado pelas ações do Talibã, buscou um acordo com as forças fundamentalistas nos anos de 2022 e 2023, mas não logrou êxito. Anteriormente, nas negociações de Doha, em fevereiro de 2020, fora pressionado pelo governo Donald Trump a assinar, na capital do Qatar, o acordo que previa a retirada total das tropas norte-americanas e da OTAN do Afeganistão “em troca da promessa do Talibã de impedir a al-Qaeda de operar em áreas sob o controle do Talibã”. Uma cláusula que firmava a paz entre Talibãs insurgentes e afegãos jamais foi observada.

Antropólogo e economista, dominando a língua e costumes tribais Pasthun, e retornando ao Afeganistão, no mesmo ano em que tropas americanas invadiram o País após o ataque às Torres Gêmeas¹¹⁴, reunia

¹¹⁴ Consulte-se Mamdani, Mahmood – **Good Muslim, Bad Muslim. America, The Cold War, and the roots of terror**. New York. Three Leaves Press. Doubleday.2005

os atributos considerados apropriados para gerir os recursos disponibilizados pelo projeto imperialista. Membro da Commission on Legal Empowerment of the Poor, Ashraf Ghani, fora indicado como um dos 100 mais influentes intelectuais do mundo pela *Foreign Policy Magazine* e de igual modo pelo *Prospect Magazine*. A ocupação militar parecia estar respaldada pelos atributos técnicos e científicos daqueles naturais da região por ela mobilizados, que agora formariam uma nova elite dirigente, laica e coadunada com os quesitos das agências multilaterais de desenvolvimento. Ashraf Ghani tornou-se ministro das finanças do Afeganistão entre julho de 2002 e dezembro de 2004. Pelo seu desempenho foi reeleito e se tornou o 14º. Presidente do Afeganistão. Governou de 21 de setembro de 2014 a 15 de agosto de 2021. Este foi o dia em que as forças militares do Talibã entraram em Cabul passando a controlar o país. É também o dia da fuga de Ashraf Ghani. As mobilizações tristemente registradas foram aquelas de multidões desesperadas procurando escapar de qualquer jeito através dos vôos escassos, fazendo do aeroporto de Cabul e suas cercanias um trágico cemitério de vítimas desta recente aventura imperial.

Estamos diante de um século (1921-2021) de experimentação instrumental do conhecimento antropológico e das modalidades de ação próprias à chamada antropologia aplicada. Em 1921 registramos antropólogos como profissionais da ordem colonial designados formal e preferencialmente como administradores territoriais de colônias ou de possessões coloniais. Concorreram, em certa medida, no caso de Chinnery, para dar sobrevida ao império britânico. Um século depois, em agosto de 2021, a tentativa de acionar um antropólogo com pertencimento tribal, Ashraf Ghani, que passou por universidades norte-americanas de excelência, como mediador máximo da dominação política e militar de um país independente resultou numa tragédia inacabada. O essencialismo adotado pela política imperialista foi bem mais que um erro de cálculo estratégico e militar. O conhecimento antropológico como atributo necessário para preencher cargos de administração territorial e como instrumento de controle social revelou-se, nesta ordem,

inteiramente inócuo e com efeitos trágicos ainda não mensurados com precisão. Do ponto de vista da posição imperialista constata-se circunstancialmente um impasse, porquanto a recente modalidade de pacificação após um período de repressões violentas malogrou. Este impasse impõe perguntas sobre os limites da instrumentalização do conhecimento antropológico nesta contingência de crise de uma hegemonia militar e política, que só idealmente sugere uma passagem de guerras pacificadoras para ações não-bélicas como pacificação.